



CPC 27 – Ativo Imobilizado: um estudo de sua aplicação nas empresas do setor industrial listadas no Novo Mercado no ano de 2010

Antonio Filho Jose Neto (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD) antonio_fneto@yahoo.com.br
Cristiane Mallmann Huppes (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD)cristianehuppes@ufgd.edu.br

Resumo:

O dinamismo vivido pela indústria brasileira após a crise econômica mundial de 2008 foi resultado da ampliação de investimentos nesse setor e da criação de segmentos especiais de listagem pela BM&FBOVESPA. A implantação dos níveis de governança 1, 2 e o Novo Mercado foi uma medida encontrada pela Bolsa para fortalecer o mercado acionário de modo a garantir aos investidores qualidade nas informações prestadas pelas principais entidades de capital aberto existentes e as que futuramente optassem por abri-los. Paralelamente, foram introduzidas mudanças na Lei Societária a fim de estabelecer padrões que garantissem qualidade na divulgação das demonstrações contábeis. Nessa perspectiva, o objetivo do estudo foi analisar o nível de adoção às orientações contidas no CPC 27 – Ativo Imobilizado, pelas empresas industriais listadas no Novo Mercado em 2010. A metodologia utilizada foi a de pesquisa documental, pela análise das Notas Explicativas, cujas informações publicadas nos anos de 2007 e 2010, são comparadas e sintetizadas em observações relativas às alterações de forma descritiva. Quanto à abordagem do problema, é classificada como qualitativa, pois houve a descrição dos fatos identificados. Como resultado, observou-se que houve um aumento na quantidade de informações trazidas no corpo das Notas Explicativas, assim como muitas exigências trazidas pelo CPC 27 já faziam parte das práticas contábeis realizadas por algumas empresas.

Palavras chave: Contabilidade Societária. Ativo Imobilizado. CPC 27.

CPC 27 - Property, Plant and Equipment: a study of its application in industrial companies listed on the New Market in 2010

Abstract

The dynamism experienced by the Brazilian industry after the economic crisis of 2008 was a result of greater investments in this sector and the creation of special listing segments BM&FBOVESPA. The implementation of the governance levels 1, 2 and Novo Mercado was a measure found by the Exchange to strengthen the stock market in order to assure investors quality of information supplied by the major publicly traded entities that exist and the future chose to open them. In addition, changes were introduced in the Corporate Law to establish standards that ensure quality in the disclosure of financial statements. From this perspective, the objective of this study was to analyze the level of adoption of the guidelines contained in the CPC 27 – Property, Plant and Equipment, by industrial firms listed on the Novo Mercado in 2010. The methodology used was documentary research, analysis of the Explanatory Notes, whose information published in the years 2007 and 2010 are compared and synthesized into comments on the changes in a descriptive way. The approach to the problem is classified as qualitative, because there was a description of the facts identified. As a result, it was observed that there was an increase in the amount of information brought into the body of the Explanatory Notes, and many demands brought by the CPC-27 were already part of the accounting practices undertaken by some companies.

Key-words: Corporate Accounting. Property, Plant and Equipment. CPC 27

1 Introdução

Ao observar a rápida recuperação econômica brasileira após a crise internacional, dos anos 2008 e 2009, é possível questionar quais fatores têm contribuído para essa retomada de crescimento rápido e sustentável. Um fator importante que sustenta essa recuperação é o crescimento industrial, motivado pela necessidade doméstica de bens de consumo, duráveis ou semiduráveis, alavancado pela crescente quantidade de investimentos que, segundo Hiratuka e Sarti (2011, p. 13), “concentraram-se inicialmente na infraestrutura e nos setores industriais exportadores, mas posteriormente foram se ampliando para outros setores industriais e para a construção civil”.

Ainda observando o estabelecido por Hiratuka e Sarti (2011, p. 19), “a maior contribuição ao crescimento sustentado deverá vir da ampliação dos investimentos em infraestrutura, na construção civil, no Pré-sal e na própria indústria”. Esse crescimento industrial dinâmico foi também resultado de medidas implantadas pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA – que “decidiu estabelecer regras de listagem próprias, que contribuíssem para a melhoria da governança das companhias listadas e, em decorrência, para a elevação da atratividade do mercado para os investidores”. (SANTANA *et al*, 2008, p. 11)

Esta medida proporcionou um ambiente adequado para que novas empresas abrissem seus capitais, além de propiciar o surgimento de outras. Assim, a implantação dos níveis de governança 1 e 2 junto com o Novo Mercado foi a medida encontrada pela Bovespa para fortalecer o mercado acionário a fim de garantir aos investidores qualidade nas informações prestadas pelas principais entidades de capital aberto existentes e as que futuramente optassem por abri-los. (SANTANA *et al*, 2008)

Considerando o ambiente contextualizado, que envolve os meios de produção e órgãos reguladores, o presente estudo busca responder: quais as alterações ocorridas pela adoção às orientações contidas no CPC 27 no reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados nas empresas industriais listadas no Novo Mercado em 2010? Nesta perspectiva, objetiva-se analisar possíveis alterações ocorridas pela adoção às orientações contidas no CPC 27, no reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados das empresas, objeto de estudo.

Especificamente, o estudo define as formas de reconhecimento e mensuração dos Ativos Imobilizados; identifica as empresas do setor industrial do Novo Mercado; coleta as Notas Explicativas das empresas e, com base nelas, tipifica as formas de reconhecimento e mensuração do Ativo Imobilizado; e como finalização, formula um diagnóstico sobre as atuais práticas de reconhecimento e mensuração adotadas pelas empresas do setor industrial do Novo Mercado.

Considerando o desenvolvimento da economia, em que investidores buscam informações contábeis confiáveis, esta pesquisa torna-se relevante e oportuna, pois diante do desafio de unificar os registros contábeis ela surge como um instrumento que, juntamente com outros estudos, contribuirá para esclarecer e sanar dúvidas acerca da conformidade dos registros contábeis das entidades industriais, auxiliando os usuários da informação em suas tomadas de decisões e fomentando a pesquisa do assunto. (BEUREN, 2009)

2 Ativo Imobilizado

Para Van Breda e Hendriksen (2007), a Contabilidade sofre evoluções motivadas pelas transformações sociais e necessidades organizacionais de captar recursos. O aparecimento de blocos econômicos, a constante globalização e a criação de novas tecnologias industriais, fizeram surgir um ambiente que propiciou a expansão dos capitais. Segundo Romero (2011), atualmente o Brasil apresenta taxas consideráveis de crescimento econômico e, a exemplo de outros países emergentes, tem atraído capitais.

A contabilidade, nesse contexto, apresenta-se como ferramenta que pode reduzir os riscos e incertezas de quem investe fora de seu país, permitindo ao investidor um melhor aproveitamento de seu capital. Mudanças foram inseridas na contabilidade brasileira, dentre elas a obrigatoriedade da Demonstração dos Fluxos de Caixa, as alterações na estrutura do Balanço Patrimonial, bem como a mudança na forma de reconhecimento dos elementos patrimoniais. (CARVALHO, LEMES e COSTA, 2009)

Criado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através da Resolução nº 1.055, de 07 de outubro de 2005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC – tem como atribuição, segundo o Art. 13 de seu regimento interno, “estudar, pesquisar, discutir, elaborar e deliberar sobre o conteúdo e a redação de Pronunciamentos Técnicos, podendo, inclusive, emitir Interpretações e Orientações”. Neste intuito, o Comitê, após as alterações sofridas pela Lei das Sociedades por Ações e a interpretação da Norma Internacional de Contabilidade 16 (*International Accounting Standard – IAS 16*), publicou o Pronunciamento Técnico (CPC 27), tratando sobre Ativo Imobilizado. Este Pronunciamento e o Pronunciamento Técnico (CPC 01), que orienta procedimentos sobre a redução ao valor recuperável de ativos, regulam além dos objetivos, o reconhecimento e a mensuração dos itens do Imobilizado.

Em consonância à Lei 11.638/07, o CPC 27 define que o “Ativo imobilizado é o item tangível que: (a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) se espera utilizar por mais de um período”. (CPC 27, 2009, p. 3). Atentos às transformações e mudanças pelas quais a Contabilidade vem passando, Carvalho, Lemes e Costa (2009, p. 132) apontam que “são classificados neste grupo os ativos tangíveis com vida útil esperada maior que um ano, que são mantidos para uso no processo de produção de bens e serviços, locação a terceiros ou para finalidades administrativas”.

2.1 Reconhecimento do Ativo Imobilizado

Para que se possa reconhecer o valor de um item, como sendo do ativo imobilizado, é necessário que se preencham requisitos. Assim, um item só será reconhecido se comprovar vantagens econômicas diretamente ligadas a ele e se estas vantagens beneficiarão a empresa no futuro. Ademais, a mensuração deve oferecer confiabilidade e possibilidade de quantificação. (CPC 27, 2009)

Carvalho, Lemes e Costa (2009, p. 134) descrevem o assunto da seguinte forma: “Dois critérios são exigidos para reconhecimento de um ativo: a probabilidade de benefícios econômicos associados ao ativo fluírem para a empresa e a possibilidade de mensuração confiável do custo do ativo”. Na visão dos autores, esses fatores funcionam como pilares, sustentando as tomadas de decisões da empresa no ato do reconhecimento de um ativo imobilizado. Também, se um bem for adquirido por medidas preventivas ou razão ambiental, mesmo que não satisfaça as condições exigidas – vantagens econômicas – mas tiver sido comprado para que outros imobilizados, já reconhecidos, continuem a fornecer benefícios à entidade, o bem deve ser reconhecido. (CPC 27, 2009)

Porém, e quanto ao valor a ser publicado no Balanço Patrimonial de um Ativo Imobilizado? O CPC 27 (2009, p. 3) define que “o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas”. Nenhum ativo imobilizado pode estar reconhecido com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável, devendo a entidade aplicar os conceitos estipulados no CPC 01, objetivando o levantamento da perda por parte desse ativo. (FIEPECAFI, 2010)

2.1.1 Custos no Reconhecimento de Itens do Ativo Imobilizado

O reconhecimento de um item como Imobilizado, inicia-se com a apuração do custo

despendido para a sua aquisição. Van Breda e Hendriksen (2007, p. 306) definem o custo de entrada como “preço agregado pago pela empresa para adquirir a propriedade e o uso de um ativo, incluindo todos os pagamentos necessários para colocar o ativo no local e nas condições que permitam prestar serviços na produção ou em outras atividades da empresa”.

Segundo o CPC 27 (2009, p. 3), “o montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outro recurso dado para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção” é tido como custo. Iudicibus (2006, p. 202) destaca alguns custos atribuídos ao custo de incorporação do ativo adquirido. Para o autor, na apuração do custo inicial, caso ocorra, é necessário incluir: “Fretes; taxas alfandegárias se forem o caso; outras taxas e impostos; custos de manuseio e estocagem, prévios à incorporação; custos de instalação na base física de operação; todos os demais gastos necessários para colocar o ativo em condições de utilização”.

Devido à importância dada à apuração correta destes custos, Carvalho, Lemes e Costa (2009, p. 135), ao escreverem sobre os componentes que devem ser inclusos na apuração dos custos iniciais, lembram que “Também fazem parte do custo do imobilizado os custos de benefícios a empregados e honorários profissionais diretamente relacionados a sua aquisição ou construção, bem como os relacionados a testes de funcionamento do imobilizado”.

2.2 Mensuração do Ativo Imobilizado

A mensuração dos ativos também foi muito discutida por Van Breda e Hendriksen (2007, p. 304-305), quando escreveram que para a contabilidade este procedimento é entendido como “o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa, e obtidos de modo a permitir agregação – tal como na avaliação total de ativos – ou desagregação quando exigidas em situações específicas”.

Raupp e Beuren (2006, p. 1) destacam que “A mensuração dos ativos imobilizados é um processo cíclico, uma vez que não termina com o valor econômico mensurado. A necessidade de novas mensurações pode ser identificada a fim de alinhar as características da organização aos objetivos pretendidos”. Neste contexto, FIPECAFI (2010, p. 228) sugere dois momentos para que seja realizada a mensuração dos ativos, segundo ela: “O processo de mensuração de um item do ativo imobilizado acontece no momento em que os critérios de reconhecimento são atendidos e em momento posterior ao reconhecimento”.

O CPC 27 (2009, p. 6) dispõe que no ato da aquisição: “Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu custo.” O Pronunciamento Contábil 27 (2009, p. 10) trouxe a seguinte orientação: “Após o reconhecimento como ativo, um item do ativo imobilizado deve ser apresentado ao custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas”. Atenção deve ser dada ao cálculo de perdas por redução ao valor recuperável, que deverá estar em conformidade com o CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

2.2.1 Depreciação do Ativo Imobilizado

Van Breda e Hendriksen (2007), FIPECAFI (2010) observam que os contadores se deparam com alguns problemas no momento de calcular o valor da depreciação, como, por exemplo, a dificuldade de se estimar a vida útil do bem. O entendimento da depreciação no CPC 27 (2009, p. 4) define a vida útil de um ativo como sendo: “(a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou (b) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo”.

Para esclarecer o conceito de vida útil, Padoveze (2008, p. 268) expõe que “a vida útil de um bem, então, é determinada em número de anos ou horas de trabalho, em que o bem opera em

condições normais de uso”. O valor depreciável, conceito vinculado ao da depreciação, é definido pelo CPC 27 (2009, p. 3-4) como “o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual”. Esse mesmo pronunciamento, ao definir valor residual, trouxe que este “é o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil”.

Quando conceitua depreciação, FIPECAFI (2010) associa esta despesa diretamente ao caixa definindo que ela representa uma quantia do recurso gasto no momento da aquisição ou construção de um ativo que não será possível reaver em uma possível comercialização ao final do período estimado de uso. O CPC 27 (2009, p. 3) define depreciação como “a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil”.

2.2.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

No entendimento de Tavares Filho *et al* (2006, p. 2), o procedimento de reavaliação do ativo imobilizado “tende a ser de grande importância dentro da Contabilidade, pois corrige as defasagens existentes entre o custo histórico do imobilizado e o seu valor de mercado, enriquecendo o valor informativo das demonstrações contábeis”. Marion (2008) também reforça esse pensamento quando discorre que a reavaliação de ativos veio substituir a extinta correção monetária permitida até o ano de 1995, o que contribuiu para a correção do valor do custo, em virtude da defasagem do bem.

Em estudos recentes, Ferrarezi e Smith (2010) asseguram que as empresas não utilizavam a reavaliação para o seu verdadeiro propósito que era o de aproximar o valor do ativo ao seu custo de reposição. A utilização da reavaliação atendia mais a necessidades de aumentar os ativos da entidade. As mesmas autoras ainda expuseram que a utilização incorreta do método de reavaliação distorcia a confiabilidade das demonstrações. FIPECAFI (2010, p. 378) também entende que “o principal motivador para a impossibilidade de realização de novas reavaliações no Brasil foi o mau uso desse mecanismo”.

Outro dispositivo orientador aos procedimentos de redução ao valor recuperável é o CPC 01 que tem como objetivo “definir procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda” (CPC 01, 2007, p. 1). Este pronunciamento determina que, ao avaliar se houve perda em um determinado ativo, a entidade deve considerar a indicação de fontes externas e internas de informação de modo a sustentar esse procedimento. A título de exemplo, expõe resumidamente algumas dessas fontes no Quadro 1.

Fontes externas de informação	Fontes internas de informação
Redução do valor de mercado acima do esperado pelo uso normal ou tempo.	Planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence.
O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado.	Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo.
Mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.	Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Quadro 1: Fontes de Informação

Fonte: CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (2007) ainda orienta que, preferencialmente, ao final de cada exercício social, a entidade deva submeter os seus ativos a essa avaliação, buscando levantar indícios de desvalorização dos mesmos. É consenso entre doutrinadores estrangeiros e brasileiros que a principal finalidade da aplicação do teste de *impairment* é demonstrar que o ativo sofreu uma perda e “Essa desvalorização ocorre por constantes volatilidades na economia, por rapidez de inovações tecnológicas e até pela entrada de novos fornecedores com processos produtivos mais eficientes, dentre outros fatores”. (TAVARES *et al*, 2010, p. 84)

3 Materiais e Método

Esta pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como descritiva, pois primeiramente observa os fatos que dizem respeito ao reconhecimento e à mensuração do ativo imobilizado, para que, em seguida, sejam feitos registros que possibilitem a classificação, a análise e a interpretação da informação. Quanto ao procedimento, é classificada como documental, com documentos de segunda mão. Para Raupp e Beuren (2009, p. 89), “Os documentos de segunda mão são os que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros”.

A fim de interpretar as informações relativas ao Ativo Imobilizado, é realizada uma análise das Notas Explicativas das empresas industriais listadas no Novo Mercado nos anos de 2007 e 2010, buscando verificar se houve modificações no reconhecimento e mensuração do Ativo Imobilizado com a adoção às orientações contidas no CPC 27. Salienta-se que o ano de 2007 é referência, pois, neste ano, as demonstrações contábeis foram publicadas sem as alterações provocadas pela Lei 11.638 e posteriores, que alteraram a Lei 6.404/76.

Ainda quanto à abordagem do problema, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, já que observa a forma como as empresa industriais, listadas no novo mercado no ano de 2010, reconhecem e avaliam seus imobilizados. O emprego da metodologia qualitativa analisa variáveis que, neste trabalho, é o reconhecimento e a mensuração do ativo imobilizado, visando à classificação e compreensão da forma como essas variáveis estão sendo relatadas pelas empresas industriais listadas no Novo Mercado no ano de 2010. (RAUPP e BEUREN, 2009)

3.1 Objeto de Pesquisa

O objeto de pesquisa é intencional, já que se refere às empresas industriais do Novo Mercado. Os dados foram coletados das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP, por meio do *website* da BM&FBOVESPA. A população pesquisada foi de 125 empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, de onde foi retirada a amostra que totalizou 10 empresas do setor econômico de bens industriais. Do total da amostra, a análise se restringiu a 9 empresas, considerando que uma das empresas – AUTOMETAL – não possui as informações necessárias para atender ao objetivo desta pesquisa (comparação nos anos de 2007 e 2010). No Quadro 2, são apresentadas as empresas que compõem este estudo por segmento.

SEGMENTOS			
Material de Transporte	Equipamentos Elétricos	Máquinas e Equipamentos	Serviços
EMBRAER AUTOMETAL* IOCHPE-MAXION METAL LEVE	METALFRIO	LUPATECH WEG INDÚSTRIAS ROMI	CSU CARDSYSTEM VALID

Quadro 2: **Relação de empresas pesquisadas**

* Não foi possível comparar as Notas Explicativas da AUTOMETAL, pois a empresa não apresenta as notas referentes ao ano de 2007 na fonte de pesquisa.

Fonte: elaborado a partir da listagem publicada no *website* da BM&FBOVESPA.

A pesquisa comparou os seguintes critérios: órgãos reguladores, critério de mensuração do imobilizado, vida útil e revisão de vida útil, método de depreciação utilizado, mudanças nas taxas de depreciação, redução do valor contábil ao recuperável, demonstração das baixas ocorridas e divulgação dos principais fatos ocorridos com o imobilizado.

Assim são comparados estes aspectos quando é feita uma análise do comportamento das empresas no exercício de 2007, verificando quais práticas – aspectos – foram mantidas ou

alteradas pelas empresas no exercício de 2010, a partir das quais foi possível fazer apontamentos, relatos e observações acerca do comportamento da amostra.

4 Descrição e Análise dos Dados

Ao comparar a forma como as empresas da amostra elaboraram suas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP – foi possível observar que todas passaram a cumprir os critérios estabelecidos pelos principais órgãos reguladores brasileiros: a Comissão de Valores Mobiliários – CVM – e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que convencionaram Pronunciamentos Técnicos convergidos aos principais órgãos internacionais: *International Financial Reporting Standards* - IFRS e *International Accounting Standards Board* - IASB.

Considerando que o Pronunciamento Técnico 27 faculta às empresas de mensurar seu imobilizado ao custo histórico reavaliado, atribuindo-lhe um custo no qual seu valor justo possa ser confiavelmente mensurado, e comparando este aspecto nas notas explicativas foi verificado que duas companhias mensuraram ao custo atribuído, totalizando 22,2% das empresas pesquisadas.

Quanto ao aspecto vida útil, a entidade pode alterar “pois a estimativa da vida útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes” (CPC 27, 2009, p. 14). Ao analisar quais empresas usufruíram dessa possibilidade, observou-se que cinco empresas, totalizando 55,6% da amostra, alteraram a vida útil de seu imobilizado e quatro optaram por manter a mesma vida útil utilizada no exercício anterior comparado, o que totalizou 44,4% da amostra.

Ainda foi possível notar que para a mudança de vida útil, o CPC 27 não estabelece que seja contratada empresa especializada para revisar a utilidade do imobilizado. Contudo, conforme nota-se no Quadro 3, das cinco empresas que alteraram a vida útil do imobilizado, duas observaram que utilizaram especialistas internos.

Empresas	Vida Útil
Csu Cardsystem	Alterou as vidas úteis com base em laudo técnico
Embraer	Alterou as vidas úteis com base em análise de especialistas internos
Idústrias Romi	Não alterou as vidas úteis
lochpe Maxion	Alterou as vidas úteis com base em laudo técnico
Lupatech	Alterou as vidas úteis com base em análise de especialistas internos
Metalfrio	Não alterou as vidas úteis
Metal Leve	Não alterou as vidas úteis
Valid	Não alterou as vidas úteis
Weg	Alterou as vidas úteis com base em laudo técnico

Quadro 3: **Método utilizado para alterar a vida útil do Imobilizado**

Fonte: dados da pesquisa.

É estabelecido no Pronunciamento Técnico 27 que, ao menos ao final de cada exercício, as entidades devem revisar a estimativa de vida útil de seus ativos imobilizados, a fim de evidenciar expectativas econômicas diferentes das anteriores. Ao se comparar esse aspecto, verificou-se que cinco empresas passaram a revisar a vida útil de seus imobilizados a partir da obrigatoriedade, totalizando 55,6% da amostra. As demais já efetuavam essa revisão.

As empresas em análise, em sua totalidade, optaram por não mudar o método de depreciação utilizado. Quando se compara os dois períodos, é observado que todas as empresas utilizavam o método linear em 2007, não o alterando no exercício de 2010. O CPC 27 permite às entidades utilizarem o método que melhor reflita os padrões esperados de benefícios econômicos, podendo alterá-lo a partir da mudança de padrões esperados. Vê-se que as empresas não constataram mudanças significativas nos padrões esperados de benefícios, pois

o método linear era utilizado por 100% da amostra em 2007, e continuou sendo utilizado por todas as empresas analisadas. A depreciação pelo método linear resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere.

Vale salientar que mesmo não alterando o método de cálculo da depreciação, as empresas não deixaram de cumprir o estabelecido nas normas de contabilidade, tendo mencionado que, apesar da possibilidade de alterarem seus métodos, optaram por continuar utilizando o linear, por julgarem ser o mais adequado a aplicar nos seus bens.

A alteração das taxas de depreciação está diretamente ligada à mudança da vida útil. Nota-se que somente as empresas que alteraram a vida útil do seu imobilizado (Quadro 3), conseqüentemente, alteraram as taxas. O Quadro 4 apresenta as empresas que alteraram as taxas de depreciação.

Empresas	Taxas de Depreciação
Csu Cardsystem	Alterou as taxas de depreciação
Embraer	Alterou as taxas de depreciação
Idústrias Romi	Não alterou as taxas de depreciação
Iochpe Maxion	Alterou as taxas de depreciação
Lupatech	Alterou as taxas de depreciação
Metalfrio	Não alterou as taxas de depreciação
Metal Leve	Não alterou as taxas de depreciação
Valid	Não alterou as taxas de depreciação
Weg	Alterou as taxas de depreciação

Quadro 4: Tratamento dado pelas empresas às taxas de depreciação do Imobilizado

Fonte: dados da pesquisa.

As empresas que alteraram a vida útil do imobilizado e, conseqüentemente, suas taxas de depreciação totalizaram um percentual de 55,6%. Outra observação encontrada é que no ano de 2007 o Ferramental, Outros bens e “Pool” de peças de reposição não eram depreciados ou faziam parte de ativo e eram juntamente com ele depreciados. Já em 2010, passaram a ser separados para efeito de cálculo de depreciação. Este aspecto corresponde à regra estabelecida no CPC 27 (2009, p. 12) quando determina às entidades que “cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente”. Observou-se ainda que nas empresas que alteraram suas taxas de depreciação essa medida provocou redução de despesas e de modo particular, a empresa Weg SA, gerou uma receita em decorrência da mudança. Isso denota que essa medida pode ser considerada um fator relevante a ser observado, já que afeta diretamente o resultado do período.

A redução do valor contábil ao recuperável está regulada no CPC 27, porém este remete as empresas ao CPC 01, que tem por objetivo “definir procedimentos visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda” (CPC 01, 2009, p. 3). Considerando o estabelecido no Pronunciamento 01, em que está determinado que, pelo menos ao fim de cada exercício social, a empresa deve avaliar se os ativos estão desvalorizados, foi possível perceber que sete empresas passaram a cumprir essa orientação a partir de 2010, o que totalizou 77,8% da amostra. Duas empresas já realizavam a redução do valor contábil ao recuperável, totalizando 22,2% da amostra. Apesar de não ser o foco deste estudo, cabe destacar que a prática desse procedimento pode impactar diretamente os valores dos ativos das empresas, refletindo no cálculo de alguns índices financeiros como o giro do ativo ou endividamento geral.

Conforme destaca o CPC 01 (2009, p. 8), “nem sempre é necessário determinar o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso”, ou seja, mensurar o valor recuperável.

Seguindo este entendimento, “Se qualquer desses valores exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor”. Nesse contexto, foi possível observar que 77,8% da amostra julgaram ser necessário estimar outro valor para o ativo imobilizado, o que indica que o valor de venda ou o valor em uso não excedia o valor contábil.

Com relação à baixa de itens dos imobilizados foi possível verificar que cinco empresas pesquisadas já demonstravam saldos de baixas ocorridas (55,6%), sendo que três empresas demonstraram os saldos das baixas ocorridas a partir da obrigatoriedade. Esse total foi equivalente a 33,3% das companhias pesquisadas. Notou-se também que uma empresa não cumpriu determinação trazida pelo CPC 27 (2009, p. 16), que estabelece critérios para divulgação de baixas ocorridas. “o valor contábil de um item do ativo imobilizado deve ser baixado: (a) por ocasião de sua alienação; ou (b) quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação”.

A não apresentação dos saldos de baixas em 2010, por parte da empresa Indústrias Romi SA, não implica necessariamente em descumprimento à norma, pois pode ter incorrido que os imobilizados da empresa não se enquadrassem nas situações em que deve ocorrer a baixa. Contudo, ao verificar a síntese de movimentação do imobilizado consolidado no exercício de 2010, nota-se a divulgação de saldos relativos a alienações, o que caracteriza a ocorrência de baixas de acordo o Pronunciamento Técnico 27.

A divulgação de saldos dos principais fatos que movimentaram o imobilizado – alienações, transferências, baixas, entre outros – é regrada pelo CPC 27. Ao se comparar as empresas, objeto de pesquisa, foi possível apontar que 77,8% delas continuaram a divulgar esses saldos, ou seja, já divulgavam anteriormente. No Quadro 5, é apresentado o resultado.

Empresas	Divulgação do Imobilizado
Csu Cardsystem	Continuou divulgando os principais fatos com imobilizado
Embraer	Passou a divulgar os saldos dos principais fatos com imobilizado
Idústrias Romi	Continuou divulgando os principais fatos com imobilizado
lochpe Maxion	Continuou divulgando os principais fatos com imobilizado
Lupatech	Continuou divulgando os principais fatos com imobilizado
Metalfrio	Passou a divulgar os saldos dos principais fatos com imobilizado
Metal Leve	Continuou divulgando os principais fatos com imobilizado
Valid	Continuou divulgando os principais fatos com imobilizado
Weg	Continuou divulgando os principais fatos com imobilizado

Quadro 5: **Tratamento dado à divulgação dos saldos dos principais fatos ocorridos com o Imobilizado.**

Fonte: Do autor, elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Ao analisar os dois períodos, constata-se que todas as empresas da amostra observam em Notas Explicativas terem elaborado suas demonstrações de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade. Mesmo sendo possível atribuir um custo para mensurar o Imobilizado, percebe-se que 7 (sete) empresas mantiveram o custo histórico. Em virtude da obrigatoriedade estabelecida no CPC 27, exigindo a divulgação das práticas adotadas para a vida útil do Ativo Imobilizado, percebe-se que as empresas da amostra deram maior atenção a essa prática, tendo cinco delas passado a revisar e também alterado a vida útil.

Mesmo havendo outras possibilidades, nota-se que todas as empresas utilizaram o método da linha reta ou linear. Visando corrigir distorções de custo, tornou-se obrigatório, ao menos no fim de cada exercício, calcular o valor recuperável do Ativo Imobilizado, tendo sete empresas passado a realizar esse cálculo. Ao observar as práticas adotadas pelas empresas relacionadas às baixas e divulgação de Imobilizado, verifica-se que cinco empresas já admitiam essa prática, e quando se analisa a divulgação esse número sobe para sete empresas.

Em síntese, o Quadro 6 apresenta um resumo das observações encontradas:

EMPRESA	ASPECTOS								
	Órgãos Reguladores	Mensuração do Imobilizado	Vida Útil	Revisão da Vida Útil	Método de Depreciação	Taxas de Depreciação	Redução ao Valor Recuperável	Baixa de Imobilizado	Divulgação do Imobilizado
CSU CARDSYSTEM	Aderiu às NIC	Continuou a utilizar o custo histórico	Alterou com base em laudo técnico	Passou a revisar em 2010	Não alterou o método	Alterou as taxas	Passou a revisar	Passou a demonstrar a partir de 2010	Continuou divulgando os principais fatos
EMBRAER	Aderiu às NIC	Continuou a utilizar o custo histórico	Alterou com base em análise de especialistas internos	Continuou a realizar	Não alterou o método	Alterou as taxas	Continuou a revisar	Passou a demonstrar a partir de 2010	Passou a divulgar os saldos dos principais fatos
INDÚSTRIAS ROMI	Aderiu às NIC	Continuou a utilizar o custo histórico	Não alterou	Passou a revisar em 2010	Não alterou o método	Não alterou as taxas de depreciação	Passou a revisar	Não demonstrou	Continuou divulgando os principais fatos
IOCHPE-MAXION	Aderiu às NIC	Utilizou o custo atribuído por reavaliação	Alterou com base em laudo técnico	Passou a revisar em 2010	Não alterou o método	Alterou as taxas	Passou a revisar	Continuou demonstrando	Continuou divulgando os principais fatos
LUPATECH	Aderiu às NIC	Continuou a utilizar o custo histórico	Alterou com base em análise de especialistas internos	Passou a revisar em 2010	Não alterou o método	Alterou as taxas	Passou a revisar	Continuou demonstrando	Continuou divulgando os principais fatos
METALFRIO	Aderiu às NIC	Continuou a utilizar o custo histórico	Não alterou	Passou a revisar em 2010	Não alterou o método	Não alterou as taxas	Passou a revisar	Continuou demonstrando	Passou a divulgar os saldos dos principais fatos
METAL LEVE	Aderiu às NIC	Continuou a utilizar o custo histórico	Não alterou	Continuou a realizar	Não alterou o método	Não alterou as taxas	Passou a revisar	Passou a demonstrar a partir de 2010	Continuou divulgando os principais fatos
VALID	Aderiu às NIC	Continuou a utilizar o custo histórico	Não alterou	Continuou a realizar	Não alterou o método	Não alterou as taxas	Continuou a revisar	Continuou demonstrando	Continuou divulgando os principais fatos
WEG	Aderiu às NIC	Utilizou o custo atribuído por reavaliação	Alterou com base em laudo técnico	Continuou a realizar	Não alterou o método	Alterou as taxas	Passou a revisar	Continuou demonstrando	Continuou divulgando os principais fatos

Quadro 6: Comportamento das empresas em relação às obrigações estabelecidas no CPC 27.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de comparações constantes nos quadros do apêndice A

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as possíveis alterações ocorridas pela adoção às orientações contidas no CPC 27, no reconhecimento e na mensuração de ativos imobilizados nas empresas industriais listadas no Novo Mercado, comparando as Notas Explicativas publicadas nos anos de 2007 e 2010. Para tanto, foi realizada uma seleção destas empresas que apresentaram as Demonstrações Financeiras Padronizadas no sítio da BM&FBOVESPA, de onde foram extraídas as Notas Explicativas dos exercícios sociais, a fim de tipificá-las e compará-las buscando descrever as formas de reconhecimento dos ativos imobilizados.

Na perspectiva de formular um diagnóstico foi analisado o nível de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade – NIC observando os seguintes aspectos: Órgãos Reguladores, Mensuração do Imobilizado, Vida Útil, Revisão da Vida Útil, Método de Depreciação, Taxas de Depreciação, Redução ao Valor Recuperável, Baixa de Imobilizado e Divulgação do Imobilizado. Foi possível observar que, ao final do exercício de 2010, todas as empresas estudadas publicaram suas demonstrações de acordo com os padrões exigidos pelos principais órgãos reguladores, destacando, em notas explicativas, os principais tópicos das práticas contábeis utilizadas.

Visando a identificar as políticas contábeis, a forma de reconhecimento e a apresentação do ativo imobilizado adotados pelas empresas, objeto de estudo, também foi verificado como as companhias mensuraram seus imobilizados. Sabendo que o CPC 27 permite a reavaliação do imobilizado, no momento da elaboração das demonstrações, a fim de atribuir-lhe um custo e que é facultado à empresa utilizá-lo, ou ainda, utilizar o custo histórico como custo de imobilizado, notou-se que apenas duas companhias reconheceram o ativo imobilizado pelo custo atribuído.

Ao analisar o tratamento dado pelas entidades à vida útil de seus imobilizados, possibilitando a alteração das estimativas de cada item, são destacadas cinco empresas que alteraram a vida útil de seus imobilizados. Essas empresas consideraram um aumento na perspectiva de benefícios com seus ativos imobilizados. Entretanto, é necessário observar que as empresas que não modificaram suas estimativas de vida útil consideraram que não ocorreram alterações significativas que propiciassem uma mudança, o que está de acordo com o pronunciamento.

Dada a importância da vida útil dos itens imobilizados e a obrigatoriedade das companhias revisarem ao menos no fim de cada exercício, também foi analisado se as sociedades cumpriram essa determinação sendo notado que quatro empresas já revisavam a vida útil de seus imobilizados e cinco só passaram a revisar com a obrigatoriedade. Em algumas entidades analisadas, a revisão possibilitou uma alteração das taxas de depreciação, tendo gerado receita ou despesa, interferindo no resultado econômico da empresa. Este resultado, por sua vez, é utilizado para calcular alguns índices econômico-financeiros que são base para a análise das condições de liquidez, rentabilidade etc. Portanto cabe a cada usuário dar a devida atenção a práticas contábeis adotadas pelas empresas no tocante à revisão da vida útil de imobilizados.

Um aspecto que passou a ser obrigatório e mereceu ser analisado foi a redução ao valor recuperável. Este procedimento é regulado pelo Pronunciamento Técnico 01, que orienta as entidades a verificarem a recuperabilidade de seus ativos anualmente, a fim de identificar possíveis perdas. Neste estudo, observou-se que das empresas pesquisadas, seis passaram a efetuar esse procedimento a partir da exigência legal e três já dispensavam atenção a essa prática no momento de elaborarem suas demonstrações. No que diz respeito aos saldos de baixas ocorridas no ativo imobilizado, verificou-se que uma empresa não publicou seus saldos de baixas. Este fato não quer dizer que a empresa descumpriu a norma contábil, havendo a possibilidade de não ter ocorrido baixas no período analisado, entretanto a empresa não informou em nota explicativa.

A divulgação, por meio de notas explicativas, dos principais fatos ocorridos com o imobilizado também foi objeto de análise, podendo ser verificado que sete empresas já divulgavam seus saldos referentes a baixas, alienações, transferências etc. De maneira geral, foi diagnosticado que as empresas têm buscado se adequar às normas de contabilidade, tanto que, ao se observar as notas explicativas de 2007 fazendo uma comparação com 2010, evidenciam-se um aumento na quantidade e na qualidade de informações trazidas no corpo das Notas Explicativas. Pode-se inferir que muitas exigências

trazidas pelos pronunciamentos técnicos vieram consagrar práticas contábeis já realizadas por algumas empresas, como a obrigatoriedade de divulgação de saldos dos principais fatos ocorridos com o imobilizado, em que sete empresas já divulgavam um número considerável de fatos. Sugerem-se novas pesquisas na área a fim de ampliar o entendimento do tema em que se possam analisar todas as empresas listadas no Novo Mercado, ou uma comparação entre alguns setores, buscando evidenciar em qual setor o nível de adequação das empresas listadas às normas internacionais é maior.

Referências

BEUREN, Ilse Maria. Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. IN: BEUREN, Ilse Maria (Coord.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **RT mini-códigos**. 10. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo. RT, 2008.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes de. **Contabilidade Internacional: Aplicação das IFRS** 2005. 1 ed. 3 reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento técnico CPC 01**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC01R1.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

_____. **Pronunciamento técnico CPC 27**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2027.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. **Contabilidade introdutória**. Sérgio de Iudícibus (Coord.). 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FERRAREZI, Maria Amélia Duarte Oliveira; SMITH, Marinês Santana Justo. **Impairment - conceitos iniciais e seu impacto pelo valor de mercado: estudo de caso de uma “sociedade ltda.” da cidade de franca**. Disponível em: <<http://unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Maria%20Amelia%20e%20Marines.pdf>>. Acesso 5 abr/11.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRA (FIEPECAFI). **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Desenvolvimento Industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. Campinas: **Unicamp. IE, 2011. 40p. (Texto para Discussão, n. 187)**. Disponível em:<<http://www.econeit.org/arquivos/texto187%5B1%5D.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade Básica: Contabilidade introdutória e Intermediária**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Proposta de mensuração de ativos imobilizados por meio do fair value e do impairment test**. Disponível em: <<http://www.congressosp.fiepecafi.org/artigos62006/94.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2011

_____. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. IN: BEUREN, Ilse Maria (Coord.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

ROMERO, Cristiano. As razões da exurrada de capitais. **Valor econômico**. Brasília, 01 de Junho de 2011. Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/6/1/as-razoes-da-enxurrada-de-capitais/?searchterm>>. Acesso: 2 jun/11.

SANTANA, M. H.; ARARAT, M.; ALEXANDRU, P.; YURTOGLU, B. B. **O Novo Mercado por Maria Helena Santana**. Capítulo integrante da publicação Focus 5. *The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank Group*, 2008. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/download/Focus5.pdf>. Acesso 15 set. 2011.

SCHVIRCK, Eliandro; GIASSON, Oldair Roberto. Perfil econômico-financeiro de empresas que fazem e que não fazem reavaliação de ativos. **Brazilian Business Review**, Vitória, vol. 5, nº. 3, p. 225-270, ISSN 1807-734X, set/dez 2008.

TAVARES FILHO, F.; MELLO, G. R. de; MACEDO, F. de Q.; YAMAMOTO, M. M. **Reavaliação de ativos imobilizados no brasil face aos princípios contábeis, segundo a estrutura conceitual do IBRACON – CVM**. <<http://www.congressosp.fiepecafi.org/artigos62006/220.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

TAVARES, M. F. N.; RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J. E. de G.; VASCONCELOS, M. T. C.; PEDERNEIRAS, M. M. M. Um estudo sobre o nível de conformidade dos setores classificados pela bovespa com o cpc 01 – redução ao valor recuperável de ativos. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 1, p. 79-95, jan/jun 2010.

VAN BREDA, Michael F; HENDRIKSEN, Eldon S. **Teoria da contabilidade**. 5 ed. Traduzida por Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2007.